

PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA EM BERTIOGA

APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP)

Elisa Selvo Chaves¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a estratégia do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Bertiooga no processo participativo da elaboração do Plano Municipal de Cultura, por meio da mobilização da sociedade civil para o entendimento da importância de seu protagonismo no resultado final, analisando aspectos relevantes da situação atual e propondo o Diagnóstico Rápido Participativo como ferramenta de escuta pública.

A publicação do Ministério da Cultura, “Como fazer um Plano de Cultura”, versão 2013, advoga a sistemática participativa para a elaboração de planos de cultura envolvendo a prefeitura, a câmara municipal e a sociedade, de forma a priorizar a compreensão do que o cidadão espera do plano. Em sua visão geral do processo de criação do plano de cultura, este estudo incentiva a convidar o município para o debate e sugere, em seu roteiro, que a cidade seja caracterizada por meio de seus diferentes aspectos. Considerando que no planejamento é preciso muito mais do que percepções, a qualidade do diagnóstico é resultado dos dados disponíveis de forma organizada e lógica. A metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo mostrou-se eficiente e prática para que se apreendesse a percepção dos diagnosticados proporcionando uma avaliação sistêmica suficientemente abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Bertiooga; Cultura; Plano Municipal de Políticas Culturais; Diagnóstico Rápido Participativo.

ABSTRACT: The purpose of this project is to present Bertiooga’s Cultural Policies City Council strategy in the participative process of Culture Plan development through society mobilization towards the comprehension of its importance in the final result, analyzing relevant aspects of the present situation and proposing the Participatory Rapid Diagnosis as the main public hearing tool. “How to make a Culture Plan” version 2013, published by Brazil Ministry of Culture advocates the participative

¹ Presidente do Conselho de Políticas Culturais de Bertiooga, graduada em Turismo pela faculdade Anhembí Morumbi com pós-graduação em Comunicação Empresarial pela ESPM e especialização em Gestão Cultural pelo SESC. Possui carreira em treinamento corporativo.

taxonomy for culture plans elaboration, involving the City Hall, the local Assembly and the civil society in order to prioritize the understanding of citizen's expectations related to the plan. In the culture plan creation process general vision, debate is encouraged so that the city can be characterized through its diverse aspects. Considering that good planning requires much more than perceptions, the quality of diagnosis is the result of available data within logical and organized frame. The Participative Rapid Diagnosis has proved to be efficient and practical to understand participants' perceptions, providing a comprehensive systemic evaluation.

KEYWORDS: Bertioga; Culture; Cultural Policies Plan; Participatory Rapid Diagnosis.

INTRODUÇÃO

Os conselhos municipais de cultura são espaços importantes para fomentar debates e trocas de informação sobre as possibilidades de construção da cidadania cultural dos municípios. E, nos últimos anos, principalmente após a aprovação do Sistema Nacional de Cultura, em 2012, houve uma proliferação significativa no campo da instituição desses conselhos, visando promover a participação e o controle social e, ao mesmo tempo, viabilizar recursos financeiros em todos os níveis de governo.

O município de Bertioga busca hoje sua identidade cultural. A alta convergência migratória não conduz somente à vulnerabilidade social, mas traz consigo o potencial de criatividade, conhecimento, diversidade e beleza, premissas essenciais para o diálogo com vistas à paz e ao progresso. O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Bertioga procurou, desde o início de sua primeira gestão, apropriar-se de todos os mecanismos que promovam a cultura na cidade em suas três dimensões: simbólica, cidadã e econômica, assim como traçar uma rota entre o que somos e o que queremos ser.

Têm sido norteadores do processo: as Metas do Plano Nacional de Cultura, a Agenda 21 da Cultura e os seminários sobre Economia Criativa. O Conselho propõe também, como seu principal objetivo, acompanhar a gestão pública na elaboração do Plano Municipal de Cultura no contexto de trabalhar as questões ligadas à quebra da sazonalidade, agregar a participação coletiva da sociedade na produção de bens culturais e artísticos, gerar “empregos verdes” nas áreas da construção civil, pesca e turismo ecológico, além de incentivar o empreendedorismo em contraponto à excessiva taxa de informalidade.

“O Plano Municipal de Cultura é um documento de planejamento que reúne os anseios da sociedade aos interesses e possibilidades do

poder público, facilitando a execução de políticas públicas de cultura. O primeiro passo é compreender o que a sociedade espera desse plano.” (Como fazer um plano de cultura, 2013)

Na visão geral do processo de criação do plano de cultura, o Ministério da Cultura propõe uma caracterização detalhada do município a partir de seus aspectos físicos, demográficos, sociais, econômicos e históricos, seguida de uma criteriosa análise da situação cultural em que a cidade se encontra e de uma definição de como a população gostaria que ela estivesse. Uma das condições do plano de cultura é que ele deve ser participativo e, como sabemos, participar é direito e não obrigação. Para sensibilizar e mobilizar a população é preciso demonstrar o quanto o tema pode ser essencial em suas vidas. Para isso, o envolvimento emocional e o respeito às diferentes óticas e lentes são importantes.

Tratando-se de uma concepção coletiva, o plano deve ser contextualizado de acordo com as identidades culturais específicas e as referências que foram utilizadas para cada proposta, gerando explicações da realidade na qual se quer atuar. A qualidade de um plano é diretamente proporcional à qualidade do diagnóstico realizado.

Com esse objetivo, o Conselho optou por legitimar as demandas da população através de escutas ativas e democráticas, tendo escolhido como principal ferramenta o Diagnóstico Rápido Participativo, pela facilidade de aplicação e pelo potencial de engajar a população em favor das políticas locais. O sucesso do diálogo dependerá da participação dos setores civis como ONGs, empresas, sindicatos, universidades, meios de comunicação e também da transparência, prestação de contas e livre acesso às informações da gestão pública.

COMO É BERTIOGA?

O município assemelha-se a um retângulo longo e estreito entre o mar e a serra. Mais de 90% de seu território encontra-se em uma área de preservação permanente. Certificado como município verde e azul, tem 33 km de praia, além de atrativos naturais como o canal e sua hidrografia. Registra-se índice pluviométrico de 2.692 mm/ano e a temperatura média anual é de 24°C. Além das praias e da área de serra, Bertiooga distingue-se pelo canal – um braço de mar que separa a cidade da ilha de Santo Amaro (Guarujá), conhecido por sua beleza e tranquilidade, além de ser um excelente ponto de pesca, de onde se avistam pontos turísticos como o forte São João, os píeres e marinas e a balsa que faz a travessia para o Guarujá – e por sua hidrografia composta pelos rios Itapanhaú, Guaratuba e Itaguaré. A avenida Vicente de Carvalho, que margeia o canal, está em processo de reurbanização assim como a orla da Enseada.

A cidade possui 47.645 habitantes segundo o senso IBGE de 2010, com uma população estimada de 53.679 em 2013 (IBGE, Cidades).

A população é marcadamente urbana, não havendo predominância de gênero. A densidade demográfica do município – 96,74 hab/Km² – é a menor da Baixada Santista (IBGE, 2010), sendo que a ocupação territorial ainda encontra-se em transição, diferentemente da situação na Baixada Santista, onde a ocupação encontra-se consolidada (Instituto Pólis, 2012). Verifica-se o crescimento da população acima dos 60 anos em contraste à diminuição do número de jovens até 29 anos (Instituto Pólis, 2012). As taxas de migração estão entre as mais altas do estado e da região em que se insere, 51,2% (NEPO, 2007), principalmente devido ao incremento da construção civil na década de 1970, e a etnia original, composta por indígenas e caiçaras, vem sendo substituída principalmente por habitantes provindos do Nordeste. Nota-se, nos últimos 10 anos, o aumento dos domicílios de uso ocasional, ao contrário do que vem ocorrendo no litoral norte. A população oscila dos menos de 50 mil residentes até 250 mil eventuais nas altas temporadas (Instituto Pólis, 2012). Os principais vetores de ocupação são os serviços, comércio e empregos públicos. Os rendimentos médios dos bertioguenses são menores do que as médias registradas no estado de São Paulo e no Brasil. Observa-se também que a taxa de informalidade – 47% – é superior às da região, do estado e do país (Instituto Pólis, 2012). O rendimento nominal mensal de 67% dos domicílios encontra-se abaixo de três salários mínimos (IBGE, 2010), sendo os menores índices observados nos setores afastados da orla e no interior da Rodovia SP-55². Os maiores valores de rendimento estão próximos à orla marítima e principalmente na Riviera de São Lourenço, onde verifica-se o maior número de domicílios ocasionais. Apesar do padrão de desenvolvimento urbano marcado pela segregação socioespacial, e para além de sua condição de cidade de veraneio responsável pela atração de grande população flutuante, Bertiooga tem vivido nos últimos anos uma queda consistente nos seus índices de criminalidade. O número reduzido de homicídios, latrocínios e roubo de veículos faz da cidade um dos municípios mais seguros da região metropolitana da Baixada Santista (Instituto Pólis, 2012).

Bertiooga triplicou seu PIB na última década, passando de cerca de R\$ 215 milhões em 2000 para R\$ 670 milhões em 2009 (IBGE, 2010). Em termos de participação dos setores, destaca-se a contribuição acentuada dos serviços e da administração pública. A receita tem forte base na arrecadação de tributos que envolvem a área imobiliária (IPTU e ITBI), chegando a representar quase 30% da arrecadação do município. Outra importante receita são as compensações financeiras dos royalties do pe-

2 Rodovia Doutor Manuel Hipolito Rego, conhecida como Rio Santos.

tróleo. Apesar da taxa de crescimento econômico ser superior aos demais municípios, a renda per capita é inferior, ocasionando acentuada vulnerabilidade socioeconômica. Existem na cidade 11 mil empregos formais (RAIS/TEM, 2010). A condição de estância balneária garante ao município repasses de verba para investimento em infraestrutura voltada para o turismo e a promoção do turismo regional. Em janeiro de 2014, houve aporte de 15 milhões de reais (Gomes, 2014), entre repasses do DADE³ e da Fehidro,⁴ para a realização de melhorias na cidade. O turismo náutico e a pesca esportiva são elementos importantes a serem considerados no planejamento de atividades culturais.

Suas relações com o controle social são recentes. Foram mapeadas aproximadamente 55 organizações da sociedade civil, porém, apenas seis encontram-se regularizadas (Instituto Pólis – Projeto Litoral Sustentável, 2013).

O município é detentor de um significativo potencial cultural. Como todo o litoral paulista, Bertioga possui vestígios de ocupação pré-histórica em sítios arqueológicos chamados de Sambaqui. Antes da chegada dos portugueses, a cidade era habitada pelos índios tupiniquim. Bertioga abriga o primeiro forte documentado do Brasil – construído em 1532, o Forte São João (tombado pelo Iphan em 1940) está fortemente ligado à figura do recém-canonizado de São José de Anchieta, à fundação da cidade do Rio de Janeiro e ao alemão Hans Staden. A autêntica vila inglesa de Itatinga é outro patrimônio de Bertioga que faz parte da história do Brasil, já que foi a primeira usina hidrelétrica do país e, até hoje, fornece energia para o porto de Santos. Na divisa de Bertioga com o município de São Sebastião, encontra-se a Aldeia do Rio Silveira, localizada em uma área de 948 hectares que abriga cerca de 500 índios da etnia tupi-guarani assistidos por programas de educação e saúde do município de Bertioga. Por suas origens, a cidade sedia anualmente, no mês de abril, o Festival Nacional da Cultura Indígena com exposição de artesanato, apresentação artística e esportiva das etnias participantes e promoção de discussões temáticas voltadas às questões indígenas. Mantém-se a tradição de blocos de carnaval bastante lúdicos e familiares, com desfiles que têm início às 20 horas percorrendo a orla marítima. Embora não seja aberto ao público, com exceção das atividades do TSI, do projeto Curumim e de algumas atividades físicas ou lúdicas nas quais a população pode se inscrever, a presença do Sesc é marcante nas atividades culturais desenvolvidas na região central, havendo intensa parceria com a prefeitura para compartilhamento de apresentações artísticas.

3 Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias.

4 Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

Grupos isolados assumem iniciativas de interesse cultural, como o Cine-clube Buriquioca responsável pela realização do Projeto Harmonia, que foca na socialização, o Sarau Arte Buriki, composto por funcionários do Sesc, com apresentações culturais, e o Sarau Armagemix do Grupo Armagedon, com destaque em cultura e inclusão. Também são marcantes as iniciativas no campo da dança e da música. Mais de 300 crianças participam dos cursos de dança do Centro Cultural e existem, no mínimo, quatro ONGs dedicadas ao ensino de música, com participações desde eventos oficiais até apresentações em supermercados e padarias.

Importante iniciativa cultural e turística, o Revela Bertioga é um encontro de fotógrafos, totalmente aberto ao público, que revela talentos, desenvolve oficinas, exposições e mesas de debate, e proporciona a possibilidade de participação em expedições fotográficas a parques, rios e outros atrativos. Merece destaque, também, o Encontro de Cidades Fortificadas, sediado em Bertioga no final de 2011 (Rodrigues, 2011).

O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Bertioga foi criado pela Lei Municipal em dezembro de 2011 e iniciou sua gestão efetivamente em março de 2012. Atendendo ao princípio da co-gestão, tem composição paritária, sendo quatro membros representantes da sociedade civil e quatro do poder público, além dos respectivos suplentes, podendo qualquer membro ser eleito para a presidência. A sociedade civil é representada por entidades que contenham em seu estatuto atuação na área cultural – sem a presença de especialistas ou notáveis.

DESAFIOS

INFRAESTRUTURA URBANA

Geograficamente, o município apresenta distância de 44 quilômetros entre os extremos, cortado longitudinalmente pela rodovia Rio-Santos. As dispersas áreas urbanizadas intercalam-se com grandes áreas desocupadas distribuídas ao longo da costa marítima. Não há capilaridade no acesso entre os espaços urbanizados, provocando imensos gargalos no fluxo de trânsito na rodovia, com impacto nas questões de segurança, saúde, acesso a bens culturais, coleta de lixo e muitos outros. O transporte público é precário e lento. Atualmente, não há integração entre transporte urbano e interurbano. A implantação do Projeto de Integração Espacial do Município de Bertioga demanda a revisão dos itinerários metropolitanos e intermunicipais para evitar redundâncias entre os sistemas. A falta de regulamentação dos sistemas viários, principal e secundário, fragiliza a construção de um sistema municipal de mobilidade (Instituto Pólis, 2012). Há queixas da população que, após a meia-noite, os ônibus só passam a cada duas horas, o que limita o usufruto de atividades de lazer e cultura.

CONTEXTO SOCIOCULTURAL

O município de Bertioga, considerado estância turística, pouco valorizou seu potencial cultural nos últimos anos, apesar de possuir relevante papel histórico. A expansão imobiliária, notadamente durante a década de 1970 gerou: (i) convergência migratória; (ii) aumento significativo no número de veranistas; (iii) elevação do custo de vida e notadamente; e (iv) dissociação dos saberes e fazeres originais, tanto da cultura local quanto da cultura migrante, causada pela demanda por serviços domésticos.

O predomínio das “segundas residências”, 62,18% do total de domicílios, em detrimento da modalidade turística com base em meios de hospedagem, provoca grandes desequilíbrios no espaço urbano, trazendo grandes inconvenientes e desafios, notadamente em déficits de serviços urbanos e significativos passivos socioambientais (Instituto Pólis, 2012). Os comerciantes encontram dificuldades na manutenção de seus empreendimentos devido à constante flutuação de turistas.

No que tange as questões culturais, percebe-se que a população flutuante não visita a cidade com esse objetivo. Os proprietários de domicílios ocasionais e convidados, normalmente permanecem em seus condomínios fazendo pouco uso dos equipamentos da cidade. Muitas vezes, trazem de suas cidades de origem tudo o que vão consumir e sua interação com a população local faz-se somente por meio da contratação de serviços domésticos. Há também os visitantes ocasionais, às vezes de comportamento inadequado, que se apropriam dos locais públicos e promovem tumulto, sem gerar renda e sem qualquer interesse em participar de atividades culturais.

Quanto à população local, nota-se extremo senso de não pertencimento, de exclusão e baixa autoestima. A oferta de bens culturais existente é considerada elitista por muitos, não existindo estímulo para que desenvolvam a própria produção cultural. Registram-se deficiências na oferta de espaços e equipamentos culturais e problemas de acesso à cultura para a maior parte da população, sendo inexistentes os cinemas, teatros e salas de espetáculo (Instituto Pólis, 2012).

Apesar do estímulo ao turismo balneário, Bertioga apresenta um índice pluviométrico três vezes superior ao de Seattle (cidade estadunidense cujas atividades culturais são frequentemente associadas ao excesso de chuvas). A falta de opções de lazer acaba levando as pessoas a se confinarem nos domicílios ou irem beber em algum lugar. Não há gastronomia de qualidade. A Casa da Cultura encontra-se abandonada, a maioria de suas tentativas de formar capital cultural, como o ponto MIS e oficinas Pagu, atrai pouco público devido à falta de divulgação e ausência de pessoal qualificado, ou minimamente interessado, em seu quadro de funcionários.

Não há compartilhamento de informações, por parte dos servidores públicos da área de cultura, sobre reuniões, fóruns, encontros e outras iniciativas das quais participam. A comissão de Cultura, Educação, Saúde, Assistência Social e Esportes, instituída em 2005, não compartilha sua agenda de reuniões, tampouco seus resultados.

A ausência de políticas de geração de emprego e renda torna preocupante a dependência da prefeitura e da Riviera de São Lourenço.

FRAGILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS POPULARES

Há pouca participação ativa da sociedade civil, fruto de um aparente cansaço participativo e perda de dinamismo. A frase recorrente é que “em Bertiooga nada dá certo”. Na visão da população o nível de autonomia das organizações da sociedade civil é frágil. A estruturação de muitas das organizações é recente, especialmente nos bairros populares (Instituto Pólis – Projeto Litoral Sustentável, 2013). Apenas seis, das 55 organizações da sociedade civil, estão institucionalizadas e com situação jurídica regular, o que impede as demais de participar como membros dos conselhos municipais.

É perceptível que a organização da sociedade civil em Bertiooga está fortemente vinculada à participação popular nos espaços institucionais que foram criados pelo poder público local, muitos deles associados a sistemas nacionais de políticas públicas, sem ter tido tempo para construir uma história ou espaços de organização própria ou autônoma. (Instituto Pólis – Projeto Litoral Sustentável, 2013, p. 32). A ausência de oportunidades de trabalho no município acaba conduzindo a um clientelismo exacerbado de todas as formas de controle social. A articulação entre as organizações do município é baixa e conseqüentemente o nível de articulação regional é ainda menor.

Em pouco mais de quatro anos foram criados mais de vinte conselhos municipais, havendo grande dificuldade de se encontrar membros qualificados e atuantes. As poucas organizações institucionalizadas acabam participando de vários conselhos, muitas vezes representadas pelas mesmas pessoas. Existe também a questão da representatividade do poder público, que nem sempre observa os critérios de participação efetiva na escolha de seus representantes. Aparentemente, essa é a realidade da maioria dos conselhos no Brasil, conforme observamos no texto de Ana Claudia Teixeira para o Fórum Intermunicipal de Cultura de 2001:

O segundo conjunto importante de problemas está relacionado à efetividade desses conselhos, que, por sua vez, está relacionada com a paridade, que nem sempre acontece. Muitas vezes ela é legal, formal, mas na prática todos sabem que as pessoas que estão no governo são privilegiadas em termos de informação e de tempo disponível para participar desses

espaços. As pessoas da população, da sociedade civil em geral, têm mais dificuldade de se dedicar, de ter tempo, recursos financeiros e materiais para participar desses espaços. Porém, a efetividade do conselho também é abalada quando há problemas na representatividade das pessoas que dele participam. Isso é um problema tanto para os representantes do governo, quanto para os representantes da população. É comum que os representantes do governo no Conselho sejam pessoas não muito comprometidas com o tema, que estavam sem função, ou então, serem pessoas que não têm poder de fato dentro do governo. Elas não representam verdadeiramente o poder Executivo. A falta de representatividade também acontece na sociedade civil. Setores da sociedade civil que estão dentro do Conselho também têm uma representatividade muito complicada. É comum que elas nem ao menos dialoguem com a entidade da qual fazem parte (Faria; Versolato, 2005).

Em Bertioga, observa-se claramente o desrespeito ao papel consultivo e deliberativo dos conselhos. Até mesmo a solicitação de alteração dos representantes do poder público, decorrentes de ausências frequentes às reuniões, é desprezada pelos órgãos públicos. Não se encontra em prática a recomendação do ConSocial de “criar um mecanismo para a punição de servidores públicos nomeados em conselhos municipais e que representem o poder público, que não comparecem às reuniões de conselhos”. Poucos conselhos realizam a capacitação de seus conselheiros, tarefa que é atribuída à Casa dos Conselhos. Não há atividade formativa regular e sistemática de formação de conselheiros, exceto por iniciativas pontuais. A precariedade de organização do terceiro setor é refletida na falta de formação dos conselheiros.

A ausência de planejamento em políticas públicas gera desafios tanto à efetivação das políticas públicas quanto ao funcionamento dos conselhos, e o controle social do orçamento resume-se a algumas audiências públicas, onde se retrata a baixa capacidade de participação da população.

Houve grande expectativa da população com relação à criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais. “O Conselho de Cultura se encontra em fase de gestação e poderá, quem sabe, ser um instrumento importante na construção de uma política cultural no Município (Instituto Pólis, 2012).” Esperava-se, de modo geral, que os membros do Conselho suprissem todas as lacunas culturais, produzindo inventários, conferências e fazendo surgir planos imediatos de construção de equipamentos. É forte a percepção geral de que um bom conselho é aquele que realiza muitos eventos e atividades.

A classe cultural não se encontra representada por especialistas ou notáveis. Faltam também aos conselheiros informações precisas sobre a realidade cultural do município e das possíveis articulações regionais. A própria noção de cultura é difusa, tangenciando a arte, o artesanato (ou “industrianato”), os equipamentos culturais e atividades de lazer.

ALTERNATIVA E AÇÕES DO CONSELHO DE POLÍTICAS CULTURAIS

Em sua primeira gestão, o Conselho Municipal de Políticas Culturais traçou estratégias para garantir quórum e motivação dos conselheiros. Houve insistente negociação para que fossem substituídos membros regularmente ausentes, principalmente aqueles indicados pelo poder público (sem que fossem consultados sobre seu interesse), por pessoas com interesse genuíno no assunto e no município. O desgaste da medida foi compensado pela inclusão de membros realmente comprometidos com o processo. O espaço das reuniões também foi disponibilizado para convidados e ouvintes, de forma a garantir a explicitação de conflitos.

A iniciativa de oxigenar o Conselho, trazendo novos atores, foi bem-sucedida e complementada com a articulação entre os demais conselhos municipais. O processo de credibilidade foi estabelecido gradualmente. Com espaço na rádio local para divulgar ações e iniciativas, utilização de redes sociais e permanente articulação, o Conselho ampliou sua visibilidade.

Discutia-se ainda a melhor forma de comunicação com a Câmara Municipal e optou-se pela utilização da Tribuna Livre,⁷ com o objetivo de divulgar o trabalho dos conselheiros, relacionar os desafios, solicitar aos vereadores o acompanhamento da Lei que cria o Sistema Municipal de Cultura e principalmente enfatizar a importância da transparência no trabalho das comissões parlamentares. Houve público expressivo, principalmente considerando o horário, e a mídia contemplou o assunto de forma satisfatória. O impacto mais significativo da iniciativa foi o alinhamento de informações e formalização das demandas.

Com o propósito de permear todas as iniciativas relevantes, o Conselho - embora no início de suas atividades, - participou ativamente das escutas públicas de diagnóstico promovidas pelo Instituto Pólis no Projeto Litoral Sustentável, consolidando suas propostas e obtendo informações do próprio instituto e de segmentos representativos da sociedade.

A presença de representantes do Conselho nos saraus e atividades populares, aliada ao esforço de divulgação e articulação, incentivou a presença de ouvintes e convidados nas reuniões mensais, estimulando a troca de ideias, ampliando as discussões e promovendo alianças fundamentais.

A capilaridade das ações do Conselho estendeu-se também às escutas públicas da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado. Por ocasião do primeiro encontro, não havia, por parte da comissão designada para conduzir os trabalhos, menção à criação de plano setorial de cultura, que passou a ser contemplado após algumas intervenções do Conselho. Em reunião com o Núcleo Gestor, encarregado da revisão,

foram detalhadas questões, sugestões e propostas referentes ao Plano Municipal de Cultura, Agenda 21 da Cultura e Economia Criativa, posteriormente entregues em forma de relatório.

Por meio das referidas dinâmicas, o Conselho criou poder de convocação e aumentou sua expressão estando em condições de organizar o diálogo dos principais atores locais para que analisem as questões de cultura como um todo e proponham ações conjuntas, minimizando a sobreposição de determinados setores ou particularidades na definição de políticas públicas.

O Conselho Municipal de Políticas Culturais manteve-se cuidadoso com relação a sugestões de que o Plano Municipal de Cultura fosse rapidamente elaborado mesmo que “copiado e colado” de algum plano existente, analisando alternativas e mantendo contato com o representante regional do Ministério da Cultura. Constatando que o município não havia aderido ao Plano Nacional de Cultura, o Conselho promoveu a necessária articulação para que o documento fosse localizado, preenchido e enviado ao Ministério da Cultura. Os prazos estavam sendo observados e o primeiro passo deveria ser a elaboração do Sistema Municipal de Cultura, iniciativa assumida pelo Conselho. Em quatro reuniões, que contaram com representantes dos artesãos, fotógrafos, músicos, artistas visuais, foi elaborado documento entregue simbolicamente ao prefeito durante a I Conferência Municipal de Políticas Culturais sendo, em seguida, protocolado na Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura. Durante dois anos, o Conselho oficializou pedido de vistas ao processo e, em 2015, constatando que o processo havia desaparecido e considerando que a Secretaria estava sob nova gestão, voltou a protocolar o documento.

A Conferência Municipal de Cultura ocorreu em 26 de junho de 2013, em momento de extrema turbulência caracterizado pelas “jornadas de junho”, também conhecidas como “manifestações dos 20 centavos”, fato que ocasionou a necessidade de alteração do local inicialmente previsto para a realização do evento. No mesmo dia, um temporal causou vários transtornos na cidade. Apesar dos contratempos, contamos com a presença de Aidê do Amaral e Frederico Roth – do Ministério da Cultura –, que apresentaram o Sistema Nacional de Cultura e debateram as propostas com os 23 participantes presentes no evento. Dois representantes, um do poder público e um da sociedade civil, foram eleitos para representar o município na Conferência Estadual de Cultura, no mês de setembro de 2013.

O entrosamento com a representação regional do Ministério da Cultura resultou em parceria importante para a definição dos objetivos do Conselho. Conhecendo a agenda do Ministério, nossa opção foi priorizar as ações de acordo com as 53 metas do Plano Nacional de Cultura. No

sentido de promover aproximação com a Secretaria de Educação e ainda contribuir para a realização da meta número 13 do Plano Nacional de Cultura, o Conselho promoveu o I Encontro de Formação em Arte Contemporânea em parceria com o Educativo da Fundação Bienal. O evento contou com mais de uma centena de inscrições espontâneas, além dos professores da rede pública municipal e estadual. A iniciativa foi importante, não somente pelo seu objetivo primário de atendimento à meta, mas principalmente por romper o mito estabelecido de que não haveria público em Bertiooga para semelhante empreitada. Como “efeito colateral”, estreitou-se a ligação com a Secretaria de Cultura de Cubatão e com a Diretoria de Ensino de Santos, que consideraram a iniciativa de extrema relevância. O sucesso da iniciativa resultou na edição 2014 do Encontro de Formação em Arte Contemporânea.

ESTÍMULO AO DEBATE PÚBLICO

Utilizando, como norteadores, o Guia de Orientação para a Construção de um Plano Municipal de Cultura (Projeto MinC – UFBA8), o Guia de Orientações para os Municípios – Perguntas e Respostas (MinC, 2011), o Guia GPS do Programa Cidades Sustentáveis (Programa Cidades Sustentáveis, 2013) e a Agenda 21 da Cultura (Institut de Culture), elencaram-se as premissas e os princípios mantendo-se o foco no protagonismo e na participação popular, sustentando o caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Além da observância à legislação aplicável e da consistência técnica do Plano, cuja responsabilidade cabe ao poder executivo, o Conselho permanecerá atento às diversas interlocuções permeando a pluralidade dos envolvidos com ênfase em ações estruturantes que devem atender as necessidades e aspirações culturais do cidadão bertiooguense ultrapassando a dimensão dos mandatos dos governantes. No Guia GPS9 (Programa Cidades Sustentáveis, 2013), encontramos subsídios para o passo a passo do planejamento com base em informações organizadas, indicadores e visão de futuro a partir de depoimentos dos gestores públicos após o diálogo com a população e o consequente plano de metas a ser consolidado no Plano Municipal de Cultura.

“O planejamento municipal precisa considerar a dimensão cultural como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável. As comunidades crescem e se aprimoram a partir da preservação de suas manifestações culturais, que em particular reforçam um senso de identidade local, motivo pelo qual a gestão municipal deve adotar políticas públicas para a promoção e inclusão cultural (Programa Cidades Sustentáveis, 2013).”

EMPREGO DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO

O Diagnóstico Rápido Participativo, que tem sua origem no movimento de pesquisa-ação inspirado em Paulo Freire, proposto no Curso de Gestão Cultural do Sesc São Paulo, apresentou-se como uma base sólida para que a sociedade civil exerça seu efetivo controle social e promova a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã e geradora de trabalho e renda. As escutas ativas são o primeiro passo para a legitimação do protagonismo municipal.

Segundo I.Botelho e J. M. Barros “o Diagnóstico Rápido Participativo é uma técnica de diagnóstico que permite a realização de reflexões críticas e propositivas sobre a realidade, considerando as experiências e as percepções dos participantes da atividade. Estimula a capacidade de reflexão e a busca de soluções a partir da interlocução, da construção de consensos e compromissos”.⁵

Ciente de seu papel na democratização da gestão e visando ampliar sua participação na elaboração de um Plano Municipal de Cultura consistente, o Conselho convidou, por meio do Boletim Oficial do Município, e-mails e telefonemas, um grupo de voluntários para a validação do Diagnóstico Rápido Participativo como ferramenta de mapeamento da realidade cultural de Bertiooga.

Foram realizadas três reuniões utilizando-se formulários do Diagnóstico Rápido Participativo. As instruções, explicadas detalhadamente para os participantes, foram projetadas em PowerPoint.

Os dezoito indivíduos presentes na primeira reunião foram convidados a refletir, durante 10 minutos, sobre cinco problemas da realidade cultural de Bertiooga. Em seguida, formaram-se grupos com alguma afinidade de atuação, que por sua vez sintetizaram, cada um, cinco problemas principais, evitando sobreposições e repetições, e hierarquizaram – de 1 (mínimo) a 3 (máximo) – os problemas elencados de acordo com as variáveis “Frequência, Gravidade e Dificuldade de Solução”. Posteriormente, cada grupo estabeleceu prioridade – de 1 (máxima) a 5 (mínima) – às soluções dos problemas de acordo com sua plataforma de ação estratégica.

Definidas as prioridades de ação, os grupos apresentaram soluções para cada problema conforme sua possibilidade de atuação.

Finalmente, pensando na realidade cultural onde atuam, os grupos identificaram cinco pontos positivos ou potencialidades do município, apresentando-os classificados de 1 (muito positivo) a 3 (perceptível, mas não tão importante).

A iniciativa teve como proposta avaliar a reação do grupo piloto durante as diferentes fases da aplicação do Diagnóstico Rápido Partici-

5 Comunicado em aula do Curso de Gestão Cultural do Centro de Pesquisa e Formação, Sesc São Paulo.

pativo, considerando que as respostas às questões, ainda que criativas e esclarecedoras, não representaram amostragem válida para uma reflexão analítica.

Durante a primeira reunião, houve grande entusiasmo e indícios de alto comprometimento. As evidências de aprovação foram demonstradas por exclamações como “Está sendo muito melhor do que a Conferência!” ou perguntas como “Quando será o próximo?”. Na segunda reunião, porém, alguns participantes chegaram atrasados, houve adesão de novos elementos e ausência de outros, fragmentando os novos grupos. A leitura dos trabalhos desenvolvidos na reunião anterior foi monótona e não despertou atenção, muitos não estavam entendendo o contexto e houve pouco rendimento, principalmente quando os grupos eram chamados a propor soluções. A terceira reunião contou com nove participantes que formaram um único grupo para discutir os pontos positivos de Bertiooga e também a validação do Diagnóstico Rápido Participativo como ferramenta de interlocução entre os diversos atores e arenas.

Ficou evidente a importância de estabelecer uma agenda mais longa, que permita nivelar o conhecimento dos participantes com relação à ausência de informação sobre a atuação do Conselho Municipal, considerado pela maioria como “atividade política” ou “coisa de políticos”, acrescida à ausência de vocabulário e terminologias específicas. Não se trata de transformar cada cidadão em um especialista em políticas culturais, mas de fornecer subsídios básicos harmonizando a comunicação. A consequência da fragmentação em três datas diferentes foi a desmobilização dos grupos interrompendo a construção do raciocínio coletivo e de referenciais lógicos.

Outra dificuldade a ser superada refere-se à resistência apresentada no momento de propor soluções. Quando se fala em diagnóstico, a tendência é imaginar que é preciso levantar questões e a maioria da população infere que, uma vez apontado o problema, cabe ao poder público resolvê-lo. Foi necessário esforço extra para estimular o protagonismo dos participantes e levá-los a propor soluções em seu âmbito de atuação. Consideramos também como desafio, a monotonia durante a leitura dos quadros preenchidos pelos grupos e a dificuldade em estimular os participantes a ouvir e entender o que cada um trazia como explicação para o mesmo tema. Após momentos adrenérgicos, com demonstrações de alto comprometimento durante a elaboração dos quadros, constatamos sérias limitações no momento de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de outros grupos.

Ao assumir a utilização desse processo, levando em conta as dificuldades apresentadas pelo grupo piloto, pretendemos certificar a busca do desenvolvimento de cada membro por meio de uma reflexão conjunta de suas próprias ações como um caminho ou opção para o desenvolvi-

mento cultural do município. Constatamos que as características desse instrumento superam muitas das limitações de outras abordagens diagnósticas e permitem a extração e sistematização de dados que traçam o perfil do município abordando as manifestações e bens de cultura, a infraestrutura física e tecnológica e os aspectos institucionais e de gestão. Uma das principais vantagens consiste na possibilidade de privilegiar e motivar o surgimento de ideias e sua discussão livre, sem que isso tenha impacto negativo na sistematização. O clima proporcionado pela técnica possibilita a redução de aspectos que possam mascarar a expressão de opiniões. A metodologia mostrou-se eficiente e prática, proporcionando um número significativo de informações de qualidade.

CONCLUSÃO

A participação é uma das características mais importantes de um bom Plano Municipal de Cultura. Para uma participação cidadã é necessário mobilizar, motivar e envolver. O Conselho Municipal de Bertioga propõe-se a atuar como espaço de consulta e debate tendo ainda o objetivo de divulgar ferramentas disponibilizadas pelo Ministério da Cultura como o “Delibera” e “Consultas Públicas” para ampliar a troca de informações.

Em um momento em que tudo está por fazer, as perspectivas do Plano Municipal de Cultura de Bertioga são amplas. A governança democrática somente ocorrerá se entendermos o cenário cultural como contexto das políticas públicas voltadas às necessidades da população e não meramente à captação de recursos. A participação da sociedade civil no Plano Municipal de Cultura vai torná-lo mais plural, diverso, humanizando suas propostas na construção dos modos de gestão. Essa participação também é importante na formação de indivíduos ativos, inventivos, vigilantes e capazes de mover a sociedade na busca de soluções inovadoras, assegurando a continuidade de propostas significativas para os objetivos públicos. A cultura participativa vai além do próprio Conselho e deve redefinir o perfil dos próximos conselheiros no município. Porém, atrair a população para participar em processos de planejamento nem sempre é tarefa simples, pois para a maioria da população, o engajamento não acontece espontaneamente.

O diagnóstico é o primeiro passo para conhecermos, de maneira ampla, a situação do município sob a ótica de seus habitantes. Por meio dessa lente, poderemos repensar a complexidade da participação da sociedade na cultura e o conseqüente impacto na qualidade da democracia no desenvolvimento de relações humanizadoras e éticas, sem disputas entre a sociedade civil e o poder público. É a forma de iden-

tificarmos como chegamos à situação atual, e definirmos pelo diálogo intercultural as estratégias para lidar com os desafios, reconhecer as oportunidades e agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FARIA, H.; VERSOLATO, F. *Você quer um bom conselho?* São Paulo: Publicações Pólis, 2005.
- GOMES, A. C. *Notícias*. Disponível em Prefeitura Municipal de Bertioga: <http://www.bertioga.sp.gov.br/noticia.php?idnot=5620>. Acesso em 1º mai. de 2014.
- IBGE (2010).
- Institut de Culture. (s.d.). Culture 21. Disponível em Agenda 21 da Cultura: www.agenda21culture.net. Acesso em 2 mai. de 2014.
- Instituto Pólis. Projeto Litoral Sustentável. *Relatório número 6 – Diagnóstico Urbano Socioambiental – Município de Bertioga*. São Paulo, 2013.
- Instituto Pólis. Projeto Litoral Sustentável. *Desenvolvimento com Inclusão Social*. São Paulo, 2012.
- MinC – UFBA. (s.d.). *Guia de Orientação para a Construção de um Plano Municipal de Cultura*.
- MinC. *Guia de Orientações para os Municípios – Perguntas e Respostas, 2011*.
- NEPO Núcleo de Estudos de População. Campinas, 2007
- Programa Cidades Sustentáveis*. (2013). São Paulo: Rede Nossa São Paulo.